



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.003842/2003-27
Recurso nº : 125.879
Acórdão nº : 201-78.125

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>29 / 08 / 05</u>
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

2º CC-MF
FL.

Recorrente : EMISA ENGENHARIA DE MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

PIS. DEPÓSITOS JUDICIAIS.

Em razão da não comprovação se os depósitos judiciais são tempestivos, integrais e não foram levantados, mantém-se a exigência do crédito tributário até decisão final do processo judicial.

MULTA ISOLADA.

Se em procedimento de ofício forem constatados recolhimentos extemporâneos sem o acréscimo da multa de mora, deve ser lançada multa isolada sobre tais valores.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por EMISA ENGENHARIA DE MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **em negar provimento ao recurso: I) por maioria de votos, quanto à aplicação da multa sobre os valores depositados.** Vencido o Conselheiro Gustavo Vieira de Melo Monteiro; e **II) por unanimidade de votos, quanto às demais matérias.**

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2004.

Josefa Maria Coelho Marques

Josefa Maria Coelho Marques

Presidente

Adriana Gomes Régia Galvão
Adriana Gomes Régia Galvão

Relatora

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2.º CC
201-78.125 O ORIGINAL
<u>24 / 03 / 05</u>
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Mario de Abreu Pinto, Antonio Carlos Atulim, Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco (Suplente) e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 10930.003842/2003-27
Recurso nº : 125.879
Acórdão nº : 201-78.125

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2.º CC	
CONSELHO CONSULTIVO	
BRASIL	24.03.05
	TC
	VISTO

2º CC-MF
FL.

Recorrente : EMISA ENGENHARIA DE MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

RELATÓRIO

Emisa Engenharia de Montagens Industriais Ltda., devidamente qualificada nos autos, recorre a este Colegiado, através do Recurso de fls. 117/122, contra o Acórdão nº 5.087, de 3/12/2003, prolatado pela 3ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba - PR, fls. 106/112, que julgou procedente o lançamento consubstanciado no auto de infração de PIS, fls. 8/20, decorrente de auditoria eletrônica da DCTF relativa aos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1998, tendo em vista que não foi confirmada a vinculação da informação prestada na declaração com o efetivo depósito judicial e, relativamente aos meses de junho, julho e agosto de 1998, foi cobrada, também, multa isolada.

Tempestivamente a contribuinte insurge-se contra a exigência fiscal, conforme impugnação às fls. 2/3, onde informa que ingressou em juízo por meio de Mandado de Segurança preventivo contra a exigência do PIS de acordo com a MP nº 1.212/95, e anexa cópia dos depósitos judiciais efetuados para questionar que, se os débitos estão com exigibilidade suspensa, seria incabível o lançamento da multa e dos juros. Pede, ainda, pela permanência da suspensão da exigibilidade, até decisão final do processo judicial.

Quanto ao lançamento da multa isolada, aquela que os valores informados na DCTF a título de PIS dedução, sob o código 8002, foram pagos, conforme cópia dos Darfs que anexa.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba - PR manteve o lançamento, conforme o Acórdão citado, cuja ementa apresenta o seguinte teor:

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/03/1998 a 31/08/1998, 01/10/1998 a 31/12/1998

Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO. MULTA DE OFÍCIO E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO. LEGALIDADE.

São aplicáveis no lançamento fiscal, por falta de recolhimento, a multa de ofício e os juros de mora previstos em lei, ainda que em face da existência de depósitos judiciais.

SUSPENSÃO DO LANÇAMENTO. DESCABIMENTO.

Descabe a suspensão do lançamento, para se aguardar a decisão judicial definitiva, por falta de previsão legal.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/06/1998 a 31/08/1998

Ementa: MULTA ISOLADA. CABIMENTO.

O pagamento após o prazo de vencimento e sem o acréscimo da multa de mora enseja a aplicação da multa de ofício, exigida isoladamente.

Lançamento Procedente".

RE *AN*



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.003842/2003-27
Recurso nº : 125.879
Acórdão nº : 201-78.125

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC	
CONSELHO DE	DE 0 ORIGINAL
24	03 105
VISTO	

2º CC-MF
Fl.

Ciente da decisão de primeira instância em 17/12/2003, fl. 115, a contribuinte interpôs recurso voluntário em 26/12/2003, onde, em síntese, repisa os mesmos argumentos da impugnação, acrescentando que o principal não podia ter sido lançado, visto que, como houve depósito, se perder a ação, haverá o levantamento em favor da União.

Pede, então, pela reforma da decisão recorrida.

É o relatório.



Processo nº : 10930.003842/2003-27
Recurso nº : 125.879
Acórdão nº : 201-78.125

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2.º CC	
COPIA	EXCEPCIONAL ORIGINAL
	24/03/05
	<i>tk</i>
VISTO	

2º CC-MF
FL.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA ADRIANA GOMES RÉGO GALVÃO

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade previstos em lei, razão porque dele tomo conhecimento.

Diferentemente dos fundamentos da decisão recorrida, entendo que se os depósitos são tempestivos e integrais, descabe o lançamento da multa de ofício, nos termos do Parecer Cosit nº 2, de 5/1/1999.

Ocorre que o processo judicial ainda se encontra no STF, a contribuinte juntou cópia das guias de depósito, cujos valores e datas de recolhimento coincidem com o informado na DCTF, porém, não se tem provas de que os mesmos ainda estão depositados ou se, por alguma razão, já foram levantados, já que a informação constante às fls. 123/124 não detalham se os valores depositados correspondem aos que estão em discussão no presente processo. Além disso, sequer foi juntada cópia das decisões judiciais até então prolatadas.

Assim, considerando, e conforme já observado pela decisão recorrida, que, independente de a recorrente lograr êxito em sua ação, se de fato os depósitos judiciais ainda persistirem na conta vinculada, se foram integrais e tempestivos, restará extinto o crédito tributário, cancelando-se a presente exação, tanto no tocante ao principal como à multa e aos juros de mora, torna-se necessário manter o lançamento pois, se não foram integrais ou tempestivos, ou ainda se já não estiverem mais depositados tais valores e a recorrente não for vencedora em sua ação, restará devido o crédito tributário ora discutido, ainda que com relação às diferenças não depositadas.

Por conseguinte, deve-se aguardar o trâmite do Processo Judicial número 96.20.11081-1 da 4ª Vara Federal de Londrina - PR para se verificar as providências a serem adotadas.

Quanto à multa isolada, é de se verificar que os Darfs de fls. 91/93 foram pagos no final do mês subsequente, portanto, posterior ao vencimento, já que o PIS, desde aquele período, vence no último dia útil da primeira quinzena subsequente ao mês do fato gerador.

Logo, se houve pagamento extemporâneo, sem o acréscimo da multa de mora, em procedimento de ofício, cobra-se a multa a que se refere o art. 44, inciso I, e § 1º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2004.

Adriana Gomes Régio Galvão
ADRIANA GOMES REGO GALVÃO *tk*